



JuÍza nega pedido de liberdade de Roger Abdelmassih e mantÃ©m AÃ§Ã£o Penal

O mÃ©dico Roger Abdelmassih vai continuar preso, conforme [sentenÃ§a](#) da juÍza Kenarik Boujikian Felipe, da 16ª Vara Criminal de SÃ£o Paulo. Na mesma decisÃ£o, a juÍza rejeitou os argumentos de inÃ©pcia da denÃºncia e de ofensa ao princÍpio do promotor natural, como argumentava a defesa, e ratificou o recebimento da denÃºncia contra o mÃ©dico. A sentenÃ§a Ã© desta quarta-feira (16/9).

Abdelmassih estÃ¡ preso desde o dia 17 de agosto, denunciado por cometer crimes sexuais contra 56 mulheres. Ele estÃ¡ detido no 40º Distrito Policial, na Vila Santa Maria, na capital paulista. O pedido de liberdade jÃ¡ havia sido rejeitado pela ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal.

O argumento da defesa de que a suspensÃ£o do registro profissional acabaria com a necessidade de prisÃ£o do mÃ©dico nÃ£o foi aceito pela juÍza de SÃ£o Paulo. Para ela, a interdiÃ§Ã£o do exercÍcio profissional trata-se apenas de sanÃ§Ã£o de carÃ¡ter administrativo.

As investigaÃ§Ãµes comeÃ§aram no ano passado, quando ex-pacientes de Roger Abdelmassih, especialista em reproduÃ§Ã£o humana, procuraram o Gaeco, um grupo especial do MinistÃ©rio PÃºblico. A maior parte das pacientes tem idades entre 30 e 45 anos e sÃ£o de vÃ¡rios estados do paÍs. O relato mais antigo Ã© de 1994. HÃ¡ outros de 2005, 2006 e 2007. Algumas chegaram a procurar a PolÍcia na Ã©poca, mas a maioria sÃ³ se manifestou apÃ³s ver depoimentos de outras pacientes que saÍram na imprensa.

De acordo com a Promotoria, os relatos das pacientes sÃ£o muito parecidos quanto Ã forma de abordagem no consultÃ³rio. Os supostos ataques ocorreriam quando as pacientes estavam voltando da sedaÃ§Ã£o ou atÃ© mesmo sem estarem sedadas e em momentos quando nÃ£o havia outra pessoa na sala. O Conselho Regional de Medicina de SÃ£o Paulo (Cremesp) abriu 51 processos Ã©tico-profissionais contra o mÃ©dico e suspendeu seu registro.

A defesa do mÃ©dico alega que a denÃºncia Ã© inepta, porque nÃ£o aponta as datas dos fatos. Segundo a juÍza, entretanto, o dia e hora exata nÃ£o sÃ£o elementos indispensÃ¡veis, “desde que os demais dados, como situaÃ§Ã£o fÃ¡tica, ano, mÃªs ou perÍodo provÃ¡vel, sejam suficientes para que o rÃ©u possa se defender”.

Em relaÃ§Ã£o ao argumento de violaÃ§Ã£o ao princÍpio do promotor natural, Kenarik Boujikian Felipe, da 16ª Vara Criminal de SÃ£o Paulo, afirma que de fato causa estranheza a atuaÃ§Ã£o mo caso dos promotores do Gaeco, que deveriam cuidar de organizaÃ§Ãµes criminosas.

A juÍza reconhece que nÃ£o hÃ¡ qualquer vÍnculo entre os possÍveis crimes cometidos pelo mÃ©dico e as atribuiÃ§Ãµes dos promotores. No entanto, aplica o princÍpio da unidade e da indivisibilidade do MinistÃ©rio PÃºblico para concluir que nÃ£o hÃ¡ qualquer nulidade na denÃºncia.

Na fase preliminar foram arroladas 175 pessoas para prestar depoimentos, sendo que uma delas nÃ£o estÃ¡ em SÃ£o Paulo. A primeira audiÃªncia estÃ¡ marcada para o dia 13 de outubro.

Clique [aqui](#) para ler a sentenÃ§a.